

RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.732 - RS (2018/0072698-5)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : VCR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO : BERTO RECH NETO E OUTRO(S) - RS033009
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IPI E COFINS. BASE DE CÁLCULO. COISA JULGADA E JULGAMENTO EXTRA E CITRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. JUÍZO FIRMADO NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. NÃO IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VCR - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 405):

TRIBUTÁRIO. PIS. COFINS. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2007.71.07.002724-8. DECISÃO QUE RECONHECEU INCONSTITUCIONAL O ALARGAMENTO DA BASE DE CÁLCULO DE PIS E COFINS, OPERADO PELO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 3º DA LEI 9.718/98. RECEITAS DECORRENTES DE ALUGUÉIS E FINANCEIRAS. NÃO ALBERGADAS PELA DECISÃO TRÂNSITA EM JULGADO.

A decisão proferida nos autos do mandado de segurança 2007.71.07.002724- 8, onde restou reconhecida a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98 e o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos em função da norma inconstitucional, não alcança as receitas decorrentes de aluguéis e financiamentos, não havendo falar, nesse caso, em violação à coisa julgada.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fl. 575).

A recorrente aponta negativa de vigência aos arts. 467, 468, 471, 472, 473 e 474 do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem negou provimento ao recurso, apesar de pedido de manifestação sobre os referidos dispositivos legais (fl. 463). Indica dissídio jurisprudencial com a orientação manifestada no REsp n. 1.446.420 (fl. 463). Alega julgamento *extra petita* na sentença quanto ao pedido da exordial, que foi a suspensão da exigibilidade de crédito tributário decorrente de procedimento administrativo, que impôs ilegalmente o recolhimento de contribuições a título de COFINS e PIS sobre receitas provenientes de aluguéis. Alega desrespeito à coisa julgada material pela sentença, em face de sentença de processo judicial com trânsito em julgado concedendo a segurança vindicada, relativamente ao pedido de reconhecimento de inconstitucionalidade bem como da exclusão da base de cálculo das contribuições devidas ao PIS e à COFINS das receitas provenientes de aluguéis e financeiras. Também aponta a sentença de julgamento *citra petita* por não ter apreciados todos os dispositivos legais e constitucionais invocados como violados, a despeito da oposição dos embargos

Superior Tribunal de Justiça

de declaração. Aduz que o pedido deduzido pela impetrante não foi para que o Juízo se manifestasse acerca do rol de receitas que não poderia integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS, mas sim, para que as receitas provenientes de aluguéis e financeiras auferidas pela ora recorrente que não se enquadram no conceito constitucional de faturamento, como as decorrentes de vendas de mercadorias, mercadorias e serviços ou serviço de qualquer natureza, fossem excluídas da base de cálculo daquelas exações (fl. 481).

Sustenta que a pretensão do Fisco revela frontal violação da coisa julgada, com relação à sentença que já havia concedido a segurança, sem fazer qualquer abstração quanto às atividades exploradas pela parte.

Contrarrazões a fls. 597-602.

Juízo de admissibilidade à fl. 633.

O Ministério Público Federal, em parecer a fls. 650-654, consigna a ausência de interesse público.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, num primeiro ponto, é de se observar que as alegações de julgamento *extra petita* e *citra petita* são dirigidas à sentença, e não ao acórdão.

Num segundo ponto, quanto as essas alegações, verifica-se que os artigos legais apontados violados arts. 467, 468, 471, 472, 473 e 474 do CPC/1973 não contém comando normativo apto a sustentar as teses de julgamentos *extra* e *citra petita*, de modo que, por fundamentação deficiente a não permitir a exata compreensão da controvérsia, não se conhece do recurso. Incidência à hipótese da Súmula 284/STF.

Ainda, quanto ao ponto, a Corte de origem também consignou a respeito (fl. 403):

Alegações de sentença '*extra petita*' e '*citra petita*'

Quanto à alegação de nulidade da sentença, esta não prospera. Isso porque, conforme consignado na sentença e, inclusive, no acórdão do agravo de instrumento apreciado por este Regional (50182661520114040000), a decisão proferida no mandado de segurança 2007.71.07.002724-8 não contemplou discussão acerca das receitas da Impetrante. O que a referida decisão proveu foi o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98 e o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos em função da base de cálculo considerada inconstitucional.

Assim, o que a sentença, ora apelada, operou foi um cotejo entre o conteúdo do provimento da decisão transitada em julgado e os pedidos formulados na presente lide, concluindo que o pleito ora trazido a julgamento não procede, por entender que as receitas decorrentes de aluguéis de imóveis próprios, quando tal atividade está contemplada no objeto social da empresa contribuinte, devem compor a base de cálculo da PIS e da COFINS, no regime da Lei 9.718/98. Ou seja, são receitas que, no caso da Impetrante, não compunham a parcela de base de cálculo indevidamente alargada pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, cuja inconstitucionalidade foi reconhecida na decisão transitada em julgado. Logo, não há falar em sentença '*extra petita*'.

Por fim, também não prospera a alegação de que a sentença seja '*citra petita*' por não examinar, um a um, os artigos 467, 468, 471, 472, 473 e 474 do antigo Código de Processo Civil e o artigo 5º, XXXVI, da Constituição. Tais dispositivos tratam acerca da coisa julgada. Contudo, a sentença explicitou que o bem jurídico pleiteado pela Impetrante, na presente ação, não estava amparado na sentença proferida no mandado de

Superior Tribunal de Justiça

segurança 2007.71.07.002724-8. Logo, não há a coisa julgada, na forma como invocada. Efeito disso é a ausência de necessidade de apreciação dos dispositivos citados.

Num terceiro ponto, inviável rever a conclusão firmada pela Corte de origem no sentido da tese alegada, sem o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que, no âmbito do recurso especial é insindicável, diante da força da vedação estabelecida na Súmula 7/STJ.

No referente à alegação de violação da coisa julgada, verifica-se que a Corte de origem, em seus fundamentos, verificou que a pretensão nos autos da ação anterior pedia a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo que alargou o conceito de faturamento para receita bruta, e não o afastamento da exigência das contribuições sobre receitas que não se enquadrariam no conceito de faturamento, pedido este da ação ora em julgamento, de modo que, sendo as pretensões diferentes, descabe estender os efeitos da sentença daquele MS à pretensão almejada neste feito pela parte. Confirmam-se os excertos da referida fundamentação a seguir (fl. 401/402):

Observe-se, o pedido foi expresso no sentido de que fossem excluídas da base de cálculo das contribuições devidas ao PIS e à COFINS as receitas que a ora Impetrante entendia não incluídas no conceito de faturamento, entre outras, as provenientes de aluguéis e receitas financeiras.

Não obstante a afirmativa da parte de que teria formulado expressamente o pedido de exclusão da base de cálculo das contribuições das receitas que entende não componentes do conceito de faturamento, conforme se depreende dos documentos acostados, entretanto, nos autos da ação anterior a parte não pretendia o afastamento da exigência das contribuições sobre receitas que não se enquadram no conceito de faturamento, mas a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo que alargou o conceito de faturamento para receita bruta. Não houve, pois, discussão acerca de quais rubricas comporiam o faturamento ou a receita, ainda que a parte tenha feito alusão ao seu objeto social e ao entendimento de que tais valores não se enquadrariam na base de cálculo do PIS e da COFINS.

As pretensões são diferentes, uma vez que a parte questionou a constitucionalidade da lei que ampliou a base de cálculo das contribuições, ou seja, se insurgiu contra a norma abstrata, o que difere do questionamento acerca de quais verbas não estariam enquadradas no conceito de faturamento - hipótese que requer a análise detida da confrontação de suas receitas em relação à previsão legal - e, portanto, sobre as quais não haveria incidência dos tributos.

Ainda que a impetrante tenha mencionado e dado ênfase ao seu objeto social nos autos da ação mandamental anterior, o que se denota é que, ao discorrer sobre o direito postulado, toda a fundamentação declinada foi no sentido da indevida ampliação do conceito de faturamento decorrente da alteração legislativa incompatível com o texto constitucional.

Assim, descabe estender os efeitos da sentença prolatada no MS nº 2007.71.07.002724-8 à pretensão da parte impetrante almejada neste feito.

[...]

Em outras palavras, mesmo tendo obtido ordem judicial que lhe autorizasse a dedução da base de cálculo do PIS e da COFINS para aquele tipo de receitas, não restou demonstrado que as receitas obtidas pela parte impetrante efetivamente se enquadram nessa classificação. **Ao que tudo indica, a discussão sobre as receitas obtidas pela impetrante sequer foi**

Superior Tribunal de Justiça

objeto de exame judicial, não havendo notícia de formação de coisa julgada a esse respeito.

Assim, por primeiro, inviável rever a conclusão a que chegou a Corte de origem acerca da questão, sem o reexame de fatos e provas, o que, no âmbito do recurso especial, é vedado pro força da Súmula 7/STJ.

Por segundo, das razões recursais apresentadas, a recorrente não impugna especificamente os fundamentos supra adotados, capazes por si sós de manter o resultado do julgado, tornando inadmissível o recurso que não os impugnou. Aplica-se à espécie a Súmula 283/STF.

Por fim, na forma da jurisprudência, "prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator